



ST5 - Cooperativismo, economia colaborativa e sustentabilidade

DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENTRE VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES: O CONTEXTO DAS AGROINDÚSTRIA FAMILIARES

DESARROLLO REGIONAL ENTRE VERTICALIDADES Y HORIZONTALIDADES:
EL CONTEXTO DE LAS AGROINDUSTRIAS FAMILIARES

REGIONAL DEVELOPMENT BETWEEN VERTICALITIES AND
HORIZONTALITIES: THE CONTEXT OF FAMILY AGROINDUSTRIES

Erica Karnopp¹

¹ Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado - UNISC.

Palavras-chave: Agroindústrias familiares. Desenvolvimento regional. Verticalidades e horizontalidades.

Palabras clave: Agroindustrias familiares. Desarrollo regional. Verticalidades y horizontalidades.

Keywords: Family agribusinesses. Regional development. Verticalities and horizontalities.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca evidenciar questões que fundamentam a tentativa de trazer e articular conceitos de verticalidades e horizontalidades para uma realidade regional. Nessa realidade – o sistema produtivo se serve predominantemente de verticalidades e/ou horizontalidades.

O sistema que se serve das verticalidades é constituído por redes, estas a serviço daqueles atores que, de fora do território, determinam as modalidades internas de ação nos lugares, organizando o trabalho de todos os outros atores. “As decisões essenciais, concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes”, tendo como consequência a alienação das pessoas presentes nos lugares. As ações horizontais caracterizam os espaços em que a vida cotidiana abrange várias temporalidades, considerando a existência e o interesse de todos e de cada um, dando ênfase às interdependências e às redes de solidariedade entre pessoas, grupos, organizações sociais e econômicas localizadas na região.

Nesta pesquisa analisa-se a configuração territorial, social e econômica do desenvolvimento regional entre verticalidades e horizontalidades, dando ênfase às agroindústrias familiares.

Parte-se do pressuposto de que, embora as horizontalidades e verticalidades constituam dimensões teóricas importantes para a análise territorial, evidenciadas histórica e empiricamente, é a verticalidade das ações o vetor dominante da agricultura no território. As horizontalidades, portanto, imprimem papel fundamental na condução da agricultura familiar através da existência e (re) existência das agroindústrias familiares na região. O método de abordagem é o materialismo histórico-dialético.



DESENVOLVIMENTO

Verticalidades e horizontalidades percebidas

Por entendermos constituir a região e o lugar frações do espaço total do planeta onde o mundo é empiricamente percebido, o ensaio apresentado tentou corroborar a compreensão de algumas das diferentes formas de empiricização da agricultura. Partindo-se do pressuposto de que a dinâmica territorial possui duas dimensões – vertical e horizontal – procurou-se evidenciar que as verticalidades são forças que prevalecem no território da região do Vale do Rio Pardo. Isto significa que o uso econômico é mais importante que o uso social do território, ou seja, os interesses econômicos externos sobrepõem-se aos interesses sociais da região. As verticalidades não consideram o interesse coletivo, não dão ênfase às interdependências e redes de solidariedade de pessoas e grupos, organizações de base local e regional.

Por um lado, a região se apresenta passiva e receptora da cadeia de decisões concebida a partir de fora ou de longe. Os territórios são usados prioritariamente como recursos para a satisfação de interesses exteriores à região.

Considera-se que o uso econômico e as verticalidades são mais dominantes em toda a escala local e regional. Por outro lado, percebe-se a presença das horizontalidades, ou seja, é na agricultura familiar, através das agroindústrias familiares que se produz a base social de um novo desenvolvimento rural construído sobre um novo paradigma. As horizontalidades, segundo Santos (1996, p. 225) são “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade como na definição tradicional de região”.

Trata-se de um tecido espacial conformado por relações de proximidade, de vizinhanças, de um acontecer homólogo, na qual é possível desenvolver uma solidariedade ativa e aumentar a eficácia política. Dessa forma, as horizontalidades se conformam através de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que se estabelecem nas escalas locais e regionais, nas quais é possível convergir solidariedades locais.

A análise contribuiu para avançarmos na percepção das novas relações de produção, assim como na reestruturação espacial engendrada pela dispersão espacial da produção agrícola e para a elaboração da síntese dos processos que lhe são pilares.

A nosso ver, é possível, também, avançar nos esquemas de análise das novas lógicas na relação produtiva, assim como dos principais processos presentes na base de todas as desigualdades socioespaciais hoje existentes. Isto permite prosseguir, também, na busca de soluções com vistas à outra globalização.

O desenvolvimento da agroindústria familiar tem importantes desdobramentos no território. Tendo em vista os processos de reestruturação capitalista e o aumento da vulnerabilidade social e econômica, diversas iniciativas têm se voltado ao incremento da diversificação produtiva no âmbito da agricultura familiar.



O contexto regional

A Região do Vale do Rio Pardo tem sua base econômica na produção e no beneficiamento do tabaco. Entretanto, essa atividade não se encontra equitativamente distribuída entre os municípios da região em decorrência do processo de formação e das características socioculturais, políticas e econômicas que marcam esse processo.

Com aproximadamente 40% de sua população vivendo e trabalhando no meio rural, em pequenas unidades de produção familiares, com tamanho médio de 18 ha, a região vem se defrontando com sérias consequências decorrentes do intenso uso de agrotóxicos, principalmente na cultura do tabaco. Com relação aos aspectos socioeconômicos da região em pauta, cabe destacar que os 25 municípios que a compõem, ocupam 5,09% da área total do Estado do Rio Grande do Sul. Apresenta marcante diferenciação interna, decorrente basicamente do processo de colonização e uso das terras. Isto faz com que a variação de taxas referentes à concentração fundiária, densidade demográfica, taxas de urbanização, entre outros índices, seja muito significativa na região.

Na região as experiências para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável ainda são bastante incipientes, tendo em vista que a produção do tabaco ainda confere a continuidade do desenvolvimento de uma agricultura familiar baseado nos princípios formatados pela “Revolução Verde”. A transição da agricultura convencional para a orgânica norteia-se num processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a um modelo ou estilo de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias com base ecológica.

Na economia da maior parte dos municípios da região do Vale do Rio Pardo o tabaco é o produto mais importante, mas o retorno gerado pelo beneficiamento e exportação do tabaco só se realiza nos municípios que sediam as multinacionais. Estes municípios se beneficiam dos impostos sobre o tabaco, aumentando a disparidade econômica entre os municípios que não se beneficiam da industrialização, os quais são meros produtores de matéria-prima.

Decisivamente, as corporações multinacionais têm um grande impacto na estrutura socioeconômica regional. Quanto ao processo de urbanização, não se observa uma uniformidade regional. Enquanto alguns municípios apresentam uma taxa de urbanização muito baixa, na ordem de 6%, outros municípios, como Santa Cruz do Sul, apresentam taxas superiores a 80%. Em relação a Santa Cruz do Sul, isto deve-se pela sua condição de principal centro industrial da região. O processo de industrialização, no entanto, foi responsável pela intensa migração rural-urbana, bem como pelas migrações inter-regionais, que tinham e continuam tendo a cidade de Santa Cruz do Sul como destino.

As agroindústrias familiares no contexto regional

Diversos estudos procuram evidenciar os aspectos positivos da forma de organização da produção agrícola familiar, a qual ocorre através do sistema associativo, destacando sua capacidade de resposta frente às políticas públicas.



No entanto, ao observar mais atentamente os processos produtivos, os mecanismos de comercialização ou mesmo de industrialização da produção, percebe-se um atrelamento dos agricultores às grandes empresas, vinculadas ao processo da Revolução Verde, que atuam fortemente à montante e à jusante da produção agrícola.

Dessa forma, é necessário salientar que a Revolução Verde não foi pacificamente absorvida pelos agricultores. Processos de resistência e construção de alternativas foram construídos em diferentes temporalidades, com repercussões diversas. Em todos, no entanto, o que se observa é a menor ou maior capacidade das lideranças e dos agricultores em analisar a realidade e construir respostas adequadas ao modelo de desenvolvimento vigente.

Um desses processos de resistência e busca de alternativas está no número crescente de agroindústrias familiares, que vêm sendo constituídas em todas as regiões do Brasil. Porém, por serem, na sua maioria, agroindústrias de pequeno porte, elas enfrentam enormes dificuldades de organização e de gestão, o que compromete a sua sustentabilidade. Esse cenário pode se agravar, uma vez que essas modalidades de organizações estão, geralmente, localizadas em locais periféricos quanto à produção de culturas mais integradas aos mercados, em pequenas propriedades com mão de obra familiar.

Considera-se que as dificuldades e os limites existentes na organização dos agricultores, como os aspectos legais e organizacionais das agroindústrias devem ser relativizados e vinculados às questões políticas e históricas desse setor, bem como, com sua capacidade de articulação regional e nacional na construção de redes eficazes de apoio mútuo. Compreendê-las através de um viés interdisciplinar, destacando suas características e tendências mais recentes a fim de contribuir para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento para a agricultura familiar, é o que motiva esta análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por entendermos constituir a região e o lugar frações do espaço total do planeta onde o mundo é empiricamente percebido, o ensaio apresentado tentou corroborar a compreensão de algumas das diferentes formas de empiricização da agricultura.

Partindo-se do pressuposto de que a dinâmica territorial possui duas dimensões – vertical e horizontal – procurou-se evidenciar que as verticalidades são forças que prevalecem no território da região do Vale do Rio Pardo. Isto significa que o uso econômico é mais importante que o uso social do território, ou seja, os interesses econômicos externos sobrepõem-se aos interesses sociais da região.

As verticalidades não consideram o interesse coletivo, não dão ênfase às interdependências e redes de solidariedade de pessoas e grupos, organizações de base local e regional. Por um lado, a região se apresenta passiva e receptora da cadeia de decisões concebida a partir de fora ou de longe. Os territórios são usados prioritariamente como recursos para a satisfação de interesses exteriores à região.



Considera-se que o uso econômico e as verticalidades são mais dominantes em toda a escala local e regional. Por outro lado, percebe-se a presença das horizontalidades, ou seja, é na agricultura familiar, através das agroindústrias familiares que se produz a base social de um novo desenvolvimento rural construído sobre um novo paradigma. As horizontalidades, segundo Santos (1996, p. 225) são “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade como na definição tradicional de região”.

Trata-se de um tecido espacial conformado por relações de proximidade, de vizinhanças, de um acontecer homólogo, na qual é possível desenvolver uma solidariedade ativa e aumentar a eficácia política. Dessa forma, as horizontalidades se conformam através de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que se estabelecem nas escalas locais e regionais, nas quais é possível convergir solidariedades locais.

A análise contribuiu para avançarmos na percepção das novas relações de produção, assim como na reestruturação espacial engendrada pela dispersão espacial da produção agrícola e para a elaboração da síntese dos processos que lhe são pilares. A nosso ver, é possível, também, avançar nos esquemas de análise das novas lógicas na relação produtiva, assim como dos principais processos presentes na base de todas as desigualdades socioespaciais hoje existentes. Isto permite prosseguir, também, na busca de soluções com vistas à outra globalização.

O desenvolvimento da agroindústria familiar tem importantes desdobramentos no território. Tendo em vista os processos de reestruturação capitalista e o aumento da vulnerabilidade social e econômica, diversas iniciativas têm se voltado ao incremento da diversificação produtiva no âmbito da agricultura familiar. Nesse sentido, várias estratégias de desenvolvimento, determinadas por dinâmicas endógenas, têm sido identificadas:

- As regiões tendem a se adaptar aos novos cenários de integração, tanto na produção quanto na sua organização, sem descartar as marcas da sua historicidade. Enquanto boa parte das agroindústrias convencionais da região buscam insumos e matérias primas externos à propriedade e à região, as agroindústrias familiares potencializam a utilização de insumos e matérias primas locais e regionais.
- A constituição de agroindústrias familiares pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos promovido pela agricultura familiar, em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. De um produto conservado para a subsistência da família rural, o produto colonial processado passa a ser visto pelos agricultores como um produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar.
- A continuidade da trajetória da agroindústria familiar dependerá da capacidade do território em responder ao desafio de manter e aprimorar esta forma de organização e, ao mesmo tempo, fortalecer a inserção regional em novas cadeias produtivas.



REFERÊNCIAS

ALTIERI, M., MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: Construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.) Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p.72-105.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BEZERRA, Maria do Carmo Lima, VEIGA, José Eli da (coord.). Agricultura sustentável. Brasília: MMA, IBAMA, Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000. 190 p. BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. Revista REDES (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, vol.4, n.1, jan./abr. de 1999.

KARNOPP, Erica. Kleinbauern zwischen konventioneller und ökologischer Landwirtschaft: das Beispiel der Region Vale do Rio Pardo (Brasilien). Tese (Doutorado em Geografia pela Universität Tübingen)- Alemanha (Eberhard-Karls Universität), Tübingen, 2004.

SANTOS, Milton. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR,

1994. SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. Rev. Território, LAJET/UFRJ, ano V, n. 9, jul./dez. 2000.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, María Laura (org.). Território: globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec – ANPUR. 2002.